

ANEXO VI DO EDITAL Nº 02/2018 - SECOG/PMS, DE 13/04/2018

Programa das disciplinas integrantes da Prova Objetiva da 1ª Fase, para todos os cargos/especialidade.

Português

1. Compreensão e interpretação de texto; 2. Vocabulário; 3. Gramática: Ortoepia e prosódia; Acentuação gráfica; Ortografia; Homófonos e parônimos; Hífen; Crase; Regência; Concordância; Colocação; Pontuação; Estrutura das palavras; Formação das palavras; Classes de palavras; Flexões das palavras.

História de Sobral

Matérias referentes ao Município de Sobral que tratam sobre seus aspectos históricos, geográficos, literários, políticos, culturais, sociais, administrativos, econômicos, urbanos, educacionais, de saúde, turísticos, de ação social, do patrimônio histórico e outros aspectos com pertinência com o passado e o presente da história do Município.

Informática

1. Hardware: 1.1. Conceitos básicos; 1.2. Periféricos; 1.3. Utilização e manutenção de hardwares; 1.4. Meios de armazenamento de dados; 1.5. Processadores. 2. Software: 2.1. Conceitos básicos; 2.2. Banco de Dados; 2.2. Códigos maliciosos (Malware) e ferramentas de proteção (Antimalware); 2.3. Sistemas Operacionais: Microsoft Windows e GNU/Linux; 2.4. Editores de textos: LibreOffice Writer e Microsoft Word; 2.5. Planilhas eletrônicas: LibreOffice Calc e Microsoft Excel. 3. Internet: 3.1. Conceitos básicos e segurança; 3.2. Navegadores: Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome; 3.3. Conceito e uso de e-mail; 3.4. Busca na web.

Conhecimentos Específicos – Analista de Infraestrutura/Arquitetura e Urbanismo

1. Conceitos básicos gerais. 2. Projeto de arquitetura: Métodos e técnicas de desenho e projeto. 3. Desenho Geométrico: Linhas, ângulos, triângulos, quadriláteros, circunferência e círculo, concordâncias, retificação e tangentes. 4. Cálculo de escalas. 5. Desenho Arquitetônico: Anteprojeto. Projeto. Planta de situação. Planta baixa. Especificações e Símbolos. Fachadas e detalhes. 6. Projeções, Vistas e Perspectivas: Planos de projeção, projeção ortogonal, vista auxiliar, perspectiva isométrica, perspectiva cavaleira, perspectiva cônica. 7. Projeto Arquitetônico: Projetos. Direção da obra. Elementos da obra. Aquecimento e ventilação. Física da construção; proteção de obras edificadas. Iluminação natural e artificial. Janelas e portas. Escadas e elevadores. Ruas e caminhos. Jardins. 8. Casas: localização; zonas auxiliares e anexos; zonas de serviço; zonas principais da habitação. Ladrilhos e azulejos. Tipos de casas. 9. Escolas. Universidades. Residências. Albergues. Bibliotecas. Escritórios. Bancos. Bazares e lojas. Oficinas e fábricas. Estacionamentos. Garagens. Estações de abastecimento. Restaurantes. Hotéis. Teatros. Cinemas. Esportes. Hospitais. Igrejas. Museus. Cemitérios. 10. Planejamento, Orçamento e Controle de Obras: Análise dos custos de empreendimentos; acompanhamento de obras; medição de serviços; Lei no 8.666/93 (referente à licitação de obras, contratação e fiscalização de serviços). 11. Levantamento de quantidades. 12. Custos unitários. 13. Planejamento; cronograma físico -financeiro; fluxo de caixa. 14. Especificações técnicas de materiais; especificações técnicas de serviços. 15. Conforto Ambiental: Energia e arquitetura. 16. Conforto térmico. 17. Ventilação natural. 18. Higrotermia, ar e água. 19. Trocas de calor. 20. Radiação solar direta, difusa e global. 21. Escolha de localização e implantação de edificações. 22. Iluminação natural. 23. Iluminação artificial. 24. Acústica. 25. Propagação do som no ar. 26. Urbanismo: Origens e definição do desenho urbano. 27. O processo de desenho urbano e as metodologias. 28. Criação das Novas cidades. 29. Planejamento urbano: Uso do solo. 30. Dimensionamento e programação dos equipamentos públicos e comunitários; 31. Sistemas viários (hierarquização, dimensionamento e geometria). 32. Sistema de infra-estrutura de parcelamentos urbanos: energia, pavimentação e saneamento ambiental (drenagem, abastecimento, coleta e tratamento de esgotos, coleta e destilação de resíduos sólidos). 33. Arquitetura Brasileira: Nova Arquitetura Brasileira, Arquitetos Brasileiros, Obra de Lucio Costa, Obra de Niemeyer, Pilotis, Arcos, Abobadas, Rampas. 34. Racionalismo. 35. Habitação de Interesse Social – Cortiço, Vilas e Conjuntos habitacionais. 36. Arquitetura Moderna. 37. Sustentabilidade urbana; Conhecimento do Código de Obras Municipal; Noções de avaliação de imóveis urbanos. 38. Ética Profissional. 39. Informática aplicada à arquitetura.

Conhecimentos Específicos – Analista de Infraestrutura/Engenharia Civil

1. Estruturas: 1.1. Resistência dos materiais: Estudos dos esforços: tração, compressão e cisalhamento; Análise de tensões e deformações em vigas, pilares e lajes. 1.2. Análise estrutural: Conceitos fundamentais; Estudos de vigas isostáticas; Estudo dos quadros isostáticos planos. 1.3. Concreto armado: Processo de dimensionamento e verificação de seções transversais de peças de concreto armado, solicitadas à compressão axial e flexão simples; Cálculo e detalhamento de vigas biapoiadas e contínuas; Pilares de concreto armado comprimento de flambagem e índice de esbeltez. 2. Construção: 2.1. Materiais de Construção: Agregados; Aglomerantes; Argamassas; Concreto; Aditivos; Madeira; Aço. 2.2. Técnicas Construtivas: Estudos preliminares; Sondagem e reconhecimento do subsolo; Levantamento topográfico do terreno; Movimentos de terra; Canteiro de obras; Rebaixamento do lençol freático; Fundações para

edifícios; Alvenarias de vedação e alvenarias estruturais; Formas para concreto armado; Cobertura das edificações; Telhados cerâmicos; Revestimentos; Patologia e recuperação das estruturas de concreto armado; Instalações prediais. 3. Hidráulica e saneamento: 3.1. Abastecimento de água: Demanda e consumo de água; estimativa de vazões; Estações elevatórias; Princípios de tratamento de águas. 3.2. Esgotamento sanitário: Sistemas estáticos para disposição de esgotos; Rede coletora de esgotos; Princípios do tratamento de esgotos. 3.3. Drenagem pluvial: Estimativa de contribuições; Galerias e canais. 3.4. Limpeza pública: Estimativa de contribuições; Coleta de resíduos sólidos domiciliares; Aterro sanitário e controlado. 3.5. Instalações hidrossanitárias: Projeto e dimensionamento de instalações prediais de água fria; Projeto e dimensionamento de instalações prediais de esgotos sanitários; Projeto e dimensionamento de instalações prediais de águas pluviais; Projeto e dimensionamento de instalações de combate a incêndio. 3.6. Projeto e dimensionamento de instalações elétricas de baixa tensão. 4. Geotecnia: 4.1. Mecânica dos solos: Índices físicos; Pressões; Percolação de água; Distribuição de pressões; Compactação; Resistência ao cisalhamento; Capacidade de carga; Recalques; Empuxos de terra. 4.2. Fundações: Investigações geotécnicas; Análise; Projeto e execução de fundações de superficiais; Projeto e execução de fundações de profundas; Projeto e execução de obras de contenção. 5. Planejamento e Gestão de Obras: 5.1. Planejamento e gerenciamento de projetos; 5.2. Planejamento e gerenciamento de obras; 5.3. Gestão de suprimentos; 5.4. Qualidade e produtividade na construção civil; 5.5. Sustentabilidade na construção; 5.6. Orçamentos; 5.7. Licitação de obras; 5.8. Atribuições e responsabilidades do engenheiro civil; 5.9. Legislação trabalhista pertinente à construção civil; 5.10. Normas técnicas de segurança e higiene do trabalho.

Conhecimentos Específicos – Analista de Infraestrutura/Engenharia Elétrica

1 Circuitos elétricos lineares. 1.1 Elementos de circuitos. 1.2 Leis de Kirchhoff. 1.3 Métodos de análise nodal e das malhas. 1.4 Análise de circuitos em CC e em CA (regime permanente). 1.5 Princípio da superposição e equivalentes de Thévenin e de Norton. 1.6 Solução de circuitos no domínio do tempo e da frequência. 1.7 Quadripolos. 2 Eletromagnetismo. 2.1 Princípios gerais. 2.2 Campos eletrostático, magnetostático e eletromagnetostático. 2.3 Campos elétricos em meio material: propriedades, condições de fronteira em meios diferentes. 2.4 Forças devido aos campos magnéticos e momentos magnéticos. 2.5 Ondas TEM. 2.6 Reflexão e refração de ondas planas. 3 Eletrônica analógica, digital e de potência. 3.1 Circuitos analógicos e dispositivos eletrônicos. 3.2 Famílias de circuitos lógicos. 3.3 Sistemas digitais. 3.4 Conversores CC-CC, CC-CA, CA-CC e CA-CA. 3.5 Conversão analógica-digital e digitalanalógica. 4 Princípios de comunicações. 4.1 Comunicações analógicas e digitais. 4.2 Comutação analógica e digital. 5 Microcomputadores. 5.1 Principais componentes. 5.2 Organização. 5.3 Sistemas operacionais. 6 Teoria de controle. 6.1 Análise e síntese de sistemas lineares escalares, contínuos e discretos, nos domínios do tempo e da frequência. 6.2 Métodos de análise de estabilidade. 6.3 Representação de sistemas lineares por variáveis de estado. 6.4 Noções de processamento de sinais. 7 Princípios de ciências dos materiais. 7.1 Características e propriedades dos materiais condutores, isolantes, e magnéticos. 7.2 Polarização em dielétricos. 7.3 Magnetização em materiais. 8 Máquinas elétricas. 8.1 Princípios de conversão eletromecânica de energia. 8.2 Máquinas síncronas. 8.3 Máquinas de indução. 8.4 Máquinas CC. 8.5 Transformadores. 9 Subestações e equipamentos elétricos. 9.1 Arranjos típicos, malhas de terra e sistemas auxiliares. 9.2 Equipamentos de manobra em alta tensão. 9.2.1 Chaves e disjuntores. 9.3 Para-raios. 9.4 Transformador de potencial e de corrente. 9.5 Relés e suas funções nos sistemas de energia. 9.5.1 Princípios e características de operação, tipos básicos. 10 Circuitos trifásicos e análise de faltas em sistemas de energia elétrica. 10.1 Tipos de ligação de cargas. 10.2 Tensão, corrente, potência, e fator de potência em circuitos equilibrados e desequilibrados. 10.3 Representação de sistemas em "por unidade" (pu). 10.4 Componentes simétricos e faltas simétricas e assimétricas. 11 Instalações elétricas em baixa tensão. 11.1 Projeto de instalações prediais e industriais. 11.2 Acionamentos elétricos. 11.2.1 Motores elétricos de indução e diagramas de comando. 11.3 Segurança em instalações elétricas. 12 Fiscalização. 12.1 Acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.). 12.2 Controle de execução de obras e serviços. 13 Legislações profissionais pertinentes (sistema CONFEA-CREA).

Conhecimentos Específicos – Analista de Infraestrutura/Engenharia Mecânica

Mecânica dos Sólidos. Estática e dinâmica dos corpos rígidos. Dinâmica das máquinas: Mecanismos. Mecânica dos materiais. Mecânica dos fluidos. Hidrostática. Hidrodinâmica. Termodinâmica. Transferência de calor. Materiais e processos de fabricação. Materiais de construção mecânica. Metrologia. Instrumentação. Processos de fabricação. Sistemas mecânicos. Metodologia de projeto e dimensionamento de componentes de máquinas, fator de segurança e confiabilidade. Funcionamento e dimensionamento dos principais elementos de máquinas: engrenagens, eixos e árvores, mancais de escorregamento e de rolamento, junções parafusadas, rebitadas e soldadas, molas mecânicas, freios e embreagens, transmissões por cabos, correias e correntes. Operação e projeto de máquinas de elevação e transporte: elevadores, monta-cargas, plataformas, escadas e esteiras rolantes, equipamentos específicos para portadores de necessidades especiais. Sistemas fluidomecânicos. Máquinas de fluxo. Sistemas hidráulicos e pneumáticos. Sistemas termomecânicos. Turbinas a vapor: elementos construtivos, classificação, tipos e características, ciclos de funcionamento, equações fundamentais, perdas, potências e rendimentos. Motores de combustão interna. Compressores. Sistemas de refrigeração. Ventilação e ar-condicionado. Manutenção. Conceitos básicos da manutenção; gestão estratégica da manutenção; terotecnologia. Tipos

de manutenção: corretiva, preventiva, preditiva, detectiva. Engenharia de manutenção; formas de organização dos serviços de manutenção nas empresas; controle da manutenção; manutenibilidade e disponibilidade. 8.4 RCM (manutenção centrada na confiabilidade): confiabilidade, conceitos de função, falha, falha funcional e modo de falha, a curva da banheira, FMEA (análise de modos de falhas), RCFA (análise das causas raízes de falha). Métodos de manutenção: o programa 5 S, TPM (manutenção produtiva total), polivalência ou multiespecialização. Qualidade total na manutenção: conceitos, critérios de desempenho, Normas ISO série 9000. Eletrotécnica: princípios de funcionamento de geradores e motores elétricos; quadros de comando, controle e proteção. Segurança do trabalho. Engenharia de segurança do trabalho: higiene do trabalho, doenças profissionais e doenças do trabalho, avaliação e controle de riscos profissionais, prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. Prevenção e proteção à saúde e segurança ocupacional e do meio ambiente: proteção ao meio ambiente, proteção contra incêndio e explosões, legislação e normas técnicas - NR's, ergonomia.

Conhecimentos Específicos – Analista de Políticas Públicas Sociais **Área de Especialidade I: Serviço Social**

1. Políticas Sociais: Origem. Concepções. Funções. Processos e movimentos de expansão e consolidação das políticas sociais. Expressões ou desenho das políticas sociais nos Estados liberal, de bem-estar social e neoliberal.

2. Políticas Públicas no Estado brasileiro: Trajetória histórica. Configurações. Determinações dos modelos e alcance das políticas públicas. Políticas públicas setoriais e respectivas regulamentações e normatizações. Processos de formulação, gestão, monitoramento, avaliação e controle social das políticas públicas. O direito constitucional à participação popular no âmbito das políticas públicas. Mecanismos e instâncias de participação e controle social.

3. Realidade Socioeconômica Brasileira e Local: Noções sobre crescimento econômico e desenvolvimento social. Desigualdades econômicas e sociais. Classes e mobilidade social. Estratégias e políticas para enfrentamento à pobreza. Discriminação, exclusão: instrumentos legais e normativos de enfrentamento e inclusão social. Processos de urbanização. Expectativa de vida. Violência. Mortalidade. As demandas sociais e a oferta de equipamentos e serviços públicos.

4. Leis e normativas que orientam, instituem ou regulamentam algumas das políticas públicas em vigência no Estado brasileiro: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003); Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de junho de 2015); Lei Orgânica da Assistência Social (1993), Normas Operacionais Básicas da Assistência Social (NOBs), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Lei Maria da Penha; Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Nacional dos Direitos Humanos (2010); Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e convenções e protocolos que orientam a garantia de direitos a pessoas com demandas específicas.

5. Área I – Serviço Social: 1. Questão social, política social e serviço social; 2. A questão social e a conjuntura brasileira; 3. Serviço social e movimentos sociais; 4. O exercício profissional do assistente social: exigências e amparo legais (Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética); 5. Projeto ético-político do profissional de serviço social; 6. O profissional de serviço social nos processos de proposição, elaboração, gestão, controle e avaliação de políticas públicas na realidade cotidiana; 7. Pesquisa em serviço social; 8. Políticas de proteção social no contexto de um Estado neoliberal; 9. Dimensões ou eixos da política de assistência social apontados como pontos de tensão ou divergência por analistas e estudiosos desta política.

Conhecimentos Específicos – Analista de Políticas Públicas Sociais **Área de Especialidade II: Psicologia**

1. Políticas Sociais: Origem. Concepções. Funções. Processos e movimentos de expansão e consolidação das políticas sociais. Expressões ou desenho das políticas sociais nos Estados liberal, de bem-estar social e neoliberal.

2. Políticas Públicas no Estado brasileiro: Trajetória histórica. Configurações. Determinações dos modelos e alcance das políticas públicas. Políticas públicas setoriais e respectivas regulamentações e normatizações. Processos de formulação, gestão, monitoramento, avaliação e controle social das políticas públicas. O direito constitucional à participação popular no âmbito das políticas públicas. Mecanismos e instâncias de participação e controle social.

3. Realidade Socioeconômica Brasileira e Local: Noções sobre crescimento econômico e desenvolvimento social. Desigualdades econômicas e sociais. Classes e mobilidade social. Estratégias e políticas para enfrentamento à pobreza. Discriminação, exclusão: instrumentos legais e normativos de enfrentamento e inclusão social. Processos de urbanização. Expectativa de vida. Violência. Mortalidade. As demandas sociais e a oferta de equipamentos e serviços públicos.

4. Leis e normativas que orientam, instituem ou regulamentam algumas das políticas públicas em vigência no Estado brasileiro: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003); Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto

de 2013); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de junho de 2015); Lei Orgânica da Assistência Social (1993), Normas Operacionais Básicas da Assistência Social (NOBs), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Lei Maria da Penha; Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Nacional dos Direitos Humanos (2010); Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e convenções e protocolos que orientam a garantia de direitos a pessoas com demandas específicas.

5. Área II – Psicologia: 1. Psicologia: processos educativos; processos de prevenção e promoção da saúde; 2. Psicologia e as políticas públicas; ações intersetoriais no âmbito das políticas públicas; 3. O profissional de psicologia e a atuação multidisciplinar; 4. Psicologia comunitária; 5. Psicologia social; 6. Direitos humanos e atuação do profissional de psicologia; 7. Ética profissional e legislação pertinente; 8. Leis, regulamentações, estatutos e demais resoluções relativos ao exercício da atividade do profissional do psicólogo.

Conhecimentos Específicos – Analista de Políticas Públicas Sociais
Área de Especialidades III: Antropologia, Ciências Sociais, Economia Doméstica, Musicoterapia, Pedagogia, Terapia Ocupacional

1. Políticas Sociais: Origem. Concepções. Funções. Processos e movimentos de expansão e consolidação das políticas sociais. Expressões ou desenho das políticas sociais nos Estados liberal, de bem-estar social e neoliberal.

2. Políticas Públicas no Estado brasileiro: Trajetória histórica. Configurações. Determinações dos modelos e alcance das políticas públicas. Políticas públicas setoriais e respectivas regulamentações e normatizações. Processos de formulação, gestão, monitoramento, avaliação e controle social das políticas públicas. O direito constitucional à participação popular no âmbito das políticas públicas. Mecanismos e instâncias de participação e controle social.

3. Realidade Socioeconômica Brasileira e Local: Noções sobre crescimento econômico e desenvolvimento social. Desigualdades econômicas e sociais. Classes e mobilidade social. Estratégias e políticas para enfrentamento à pobreza. Discriminação, exclusão: instrumentos legais e normativos de enfrentamento e inclusão social. Processos de urbanização. Expectativa de vida. Violência. Mortalidade. As demandas sociais e a oferta de equipamentos e serviços públicos.

4. Leis e normativas que orientam, instituem ou regulamentam algumas das políticas públicas em vigência no Estado brasileiro: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003); Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de junho de 2015); Lei Orgânica da Assistência Social (1993), Normas Operacionais Básicas da Assistência Social (NOBs), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Lei Maria da Penha; Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Nacional dos Direitos Humanos (2010); Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e convenções e protocolos que orientam a garantia de direitos a pessoas com demandas específicas.

5. Área III - Antropologia, Ciências Sociais, Economia Doméstica, Musicoterapia, Pedagogia, Terapia Ocupacional: 1. Intersetorialidade no campo das políticas públicas; 2. A complexa realidade social cotidiana e a exigência da uma multiplicidade de olhares e saberes na proposição, elaboração, execução, avaliação das políticas públicas; 3. Compreensão da dinâmica institucional e da forma de operacionalização das distintas políticas públicas. Conhecimento da rede de serviços, programas, projetos e equipamentos sociais disponibilizados à população; 4. Ética profissional

Conhecimentos Específicos – Auditor de Controle Interno/Auditoria em Obras Públicas

OBRAS DE EDIFICAÇÕES E ESPECIAIS

1. Especificações de materiais e serviços. 2. Análise orçamentária: sistema de custos de obras de edificação; metodologia e conceitos; produtividade e equipamentos. 3. Programação de obras Ferramentas (Diagrama de rede PERT-COM, Gráfico Gant, linha de balanço, e outros). 4. Acompanhamento de obras: apropriação de serviços. 5. Construção: organização do canteiro de obras; execução de fundações; alvenaria; concreto; estruturas de concreto armado (inclusive protendido); estruturas metálicas (inclusive para coberturas); impermeabilização; cobertura; esquadrias; pisos; revestimento; pinturas; instalações (elétrica, hidráulica, sanitária, combate a incêndio e prevenção, lógica e demais sistemas prediais). 6. Controle de material: Ensaio tecnológicos em concretos, argamassas e alvenaria. 7. Fiscalização: acompanhamento da aplicação de recurso (medições, cálculos de reajustamento, mudança de data-base, emissão de fatura); análise e interpretação de documentação técnica (editais, contratos, aditivos contratuais, cadernos de encargos, projetos, diário de obras), documentos de legalização, Lei de licitações (8666), Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART).

OBRAS URBANAS

1. Drenagem urbana: conceito, finalidade, aspectos construtivos; principais condicionantes de projetos; operação e manutenção de elementos de drenagem urbana. 2. Obras de saneamento: abastecimento d'água (captação, adução, tratamento (ETA's), recalque, reservação, distribuição); coleta e tratamento de esgoto (ETE's, lagoas de estabilização, fossas sépticas). 3. Análise orçamentária: sistema de custos de obras de drenagem urbana; metodologia e conceitos; produtividade de equipamentos. 4. Controle de material; Ensaios técnicos; Controle de execução de obras e serviços. 5. Fiscalização: acompanhamento da aplicação de recurso (medições, cálculos de reajustamento, mudança de data-base, emissão de fatura); análise e interpretação de documentação técnica (editais, contratos, aditivos contratuais, cadernos de encargos, projetos, diário de obras), documentos de legalização, Lei de licitações (8666), Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART).

ENGENHARIA AMBIENTAL, LEGAL, DE AVALIAÇÕES, ORÇAMENTAÇÃO E PLANEJAMENTO

1. Planejamento de projetos e obras: programação e controle. 2. Viabilidade, planejamento e controle das construções: técnico, físico-financeiro e econômico. NBR 12721 (e suas alterações, se houver) – Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento; 2. Segurança e higiene do trabalho e suas normas regulamentadoras. 3. Engenharia legal (NBR 13752 e suas alterações se houver): Perícias de engenharia na construção civil; Engenharia de avaliações (NBR 1465-1 a 14653-7 e suas alterações): métodos; níveis de rigor; depreciação; fatores de homogeneização; desapropriações; laudos de avaliação de bens. 4. Engenharia de avaliação de custos: Levantamento dos serviços e seus quantitativos; Orçamento analítico e sintético; Composição analítica de serviços; Cronograma físico-financeiro; Cálculo do benefício e despesas indiretas – BDI e sua composição. Cálculo dos encargos sociais. Exigências da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) quanto à utilização de parâmetros de referências de custo. 5. Noções de legislação ambiental; Licenciamento ambiental (licença prévia, licença de instalação, licença de operação), gerenciamento de resíduos sólidos e de construção, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, plano de gestão de resíduos sólidos na construção de acordo com as normas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, de acordo com as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Conhecimentos Específicos – Auditor de Controle Interno/Auditoria em Tecnologia da Informação

GESTÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Gestão estratégica: planejamento estratégico de negócio; planejamento estratégico de Tecnologia da Informação (TI); alinhamento estratégico entre TI e negócio. 2. Gerenciamento de projetos (PMBOK 6); conceitos básicos, benefícios, estrutura e objetivos; projetos e a organização; ciclo de vida de projeto e ciclo de vida do produto; grupos de processos; gerenciamento de recursos; gestão de riscos e incertezas; gerenciamento ágil. 3. Gerenciamento de serviços (ITIL v3): conceitos básicos, benefícios, estrutura e objetivos; ciclo de vida de um serviço: estratégia, desenho, transição, operação e melhoria continuada. 4. Governança de TI (COBIT): conceitos básicos, benefícios, estrutura e objetivos; planejamento estratégico; normas, processos e indicadores de desempenho; boas práticas; ferramentas e modelos. 5. Qualidade de software (CMMI): conceitos básicos, estrutura e objetivos; qualidade de processo e de produto; garantia x controle de qualidade; técnicas de testes de software; ferramentas e modelos de referência.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO

1. Conceitos de programação orientada a objetos: classes, objetos, métodos, sobrecarga, herança, polimorfismo, interfaces. 2. Linguagem Java: variáveis, operadores, expressões, controle de fluxo, tipos enumerados, classes, genéricos e reflexão. 3. Desenvolvimento Web: arquitetura MVC; JSPs e Java Servlets; PHP e MySQL; JavaScript e jQuery. 4. Análise e projeto de sistemas: requisitos, casos de uso e contratos; análise e projeto orientados a objetos; padrões de projeto; refactoring; verificação: testes, revisões e inspeções; UML, modelos e diagramas; arquitetura em três camadas; arquitetura orientada a serviços: web services, SOAP, JSON. 5. Desenvolvimento ágil. 6. Banco de dados (PostgreSQL, MySQL): projeto relacional, indexação e otimização de consulta. 7. Controle de qualidade de software. 8. Gerência de projetos de TI.

REDES DE COMPUTADORES

1. Comunicação de dados: tipos e meios de transmissão, técnicas básicas de comunicação, técnicas de comutação de circuitos, pacotes e células, topologias de redes de computadores, Internet, Intranet, modelo de referência OSI e arquitetura TCP/IP. 2. Tecnologias e protocolos de redes locais: padrões Ethernet, endereçamento IP, máscara de rede, protocolos (IP, ARP, ICMP, UDP, TCP, FTP, SMTP, POP3, IMAP), cabeamento estruturado EIA/TIA 568. 3. Elementos de interconexão de redes de computadores (hubs, bridges, switches, roteadores, gateways). 4. Configuração e gerenciamento de serviços de rede Windows e Linux: DNS, DHCP, Samba, servidores WEB, servidores de arquivos, serviço de diretório LDAP. 5. Gerenciamento de redes de computadores: conceitos, protocolo SNMP, agentes e gerentes, MIBs, gerenciamento de dispositivos de rede, servidores e aplicações, qualidade de serviço (QoS). 6. Tecnologias de redes de longa distância: frame relay, ATM e MPLS. 7. Voz sobre IP: conceitos, arquiteturas, protocolos (RTP, RTPC, SIP, H.323, MGCP). 8. Redes sem fio (wireless): conceitos, criptografia, protocolos (802.11x, EAP, WEP, WPA, WPA2).

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Gestão de segurança da informação: normas NBR ISO/IEC 27001 e 27002 e suas alterações, se houver. 2. Gestão de riscos e continuidade de negócio: normas NBR ISO/IEC 15999 e 27005 e suas alterações, se houver. 3. Política de segurança da informação: processos de definição, implantação e gestão de políticas de segurança e auditoria. 4. Sistemas de Backup: tipos de backups, planos de contingência e meios de armazenamento para backups; gerenciamento de riscos e continuidade. 5. Dispositivos de segurança de redes de computadores: firewalls, detecção e prevenção de intrusão (IDS e IPS), proxies, NAT, sniffers. 6. Ataques a redes de computadores: prevenção e tratamento de incidentes, tipos de ataques (spoofing, flood, DoS, DDoS, phishing); engenharia social. 7. Malwares: vírus de computador, cavalo de troia, adware, spyware, backdoors, keylogger, worm, ransomware. 8. Segurança na Internet: VPNs, segurança em servidores WWW, SMTP, POP3, FTP e DNS. 9. Criptografia: princípios, aplicações, algoritmos simétricos e assimétricos; certificação e assinatura digital.

Conhecimentos Específicos – Auditor de Controle Interno/Auditoria Governamental

AUDITORIA

1. Resolução CFC nº 986/03, atualizada e disponível no site www.cfc.org.br, que aprovou a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna: 1.1. Conceituação e Objetivos da Auditoria Interna; 1.2. Papéis de Trabalho; 1.3. Fraude e Erro; 1.4. Planejamento da Auditoria Interna; 1.5. Riscos da Auditoria Interna; 1.6. Procedimentos da Auditoria Interna; 1.7. Relatório da Auditoria Interna. 2. Resolução CFC nº 1.203/09, atualizada e disponível no site www.cfc.org.br, que aprovou a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria: 2.1. Alcance e Evidências de auditoria; 2.2. Distorção de auditoria e Risco de distorção relevante; 2.3. Riscos de auditoria, de detecção e de controle; 2.4. Princípios fundamentais de ética profissional 2.5. Natureza dos procedimentos de auditoria.

FINANÇAS PÚBLICAS

1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. Teoria das finanças públicas: falhas de mercado e formas de intervenção do governo na economia. A função do Estado na economia moderna e sua evolução. Os objetivos da política fiscal. 2. Principais fontes de financiamento dos gastos públicos. Teoria da tributação: funções do tributo e tipos de tributos. Equidade, progressividade, regressividade e neutralidade dos tributos. 3. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais, competência tributária e limitações constitucionais do poder de tributar. 4. Diferença entre tributos, impostos, taxas, contribuições (de melhorias, sociais e econômicas), tarifas e preços públicos. 5. Impostos e contribuições de competência dos Entes federados: União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. 6. Regras constitucionais de repartições de receitas tributárias da União e dos Estados com os Municípios. Transferências voluntárias de recursos da União e dos Estados para os Municípios. 7. Lei Complementar nº 101/2000: normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. 8. Entradas ou ingressos que não caracterizam receitas. Receitas públicas: conceitos, classificações e estágios. Dívida Ativa: tributária e não tributária. 9. Saídas ou dispêndios que não caracterizam despesas. Despesas públicas: conceitos, classificações e estágios. 10. O endividamento público. Crédito público: conceito e natureza jurídica, classificação, fundamentos jurídicos, operações de crédito, empréstimos públicos e suas espécies, limites do crédito público.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

1. NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - aprovada pela Resolução CFC n.º 1.374/11. 2. Patrimônio: conceitos e seus componentes; ativo, passivo e situação líquida (patrimônio líquido ou passivo a descoberto). Equação fundamental do Patrimônio. Representação gráfica dos estados patrimoniais. 3. Fatos contábeis permutativos, modificativos ou mistos e respectivas variações patrimoniais: quantitativas e qualitativas. 4. Conta: conceito, função e funcionamento; teoria das contas; débito, crédito e saldo; classificação das contas; plano de contas; sistema de contas patrimoniais e de resultado; balancete de verificação. 5. Escrituração contábil: conceito e método das partidas dobradas; lançamento contábil; fórmulas de lançamento; processos de escrituração; livros de escrituração: Diário e Razão; erros de escrituração e suas correções. 6. Operações com mercadorias: registro e entradas e saídas de mercadorias do estoque; sistemas de inventário periódico e permanente; avaliação de estoques; custo das mercadorias vendidas. 7. Critérios de avaliação do ativo e passivo. Balanço patrimonial: forma de apresentação; obrigatoriedade; conteúdo dos grupos e subgrupos e elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. 8. Demonstração do resultado do exercício: forma de apresentação; obrigatoriedade; conteúdo dos grupos e subgrupos e elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. 9. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados: forma de apresentação; obrigatoriedade; conteúdo dos grupos e subgrupos e elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 10. Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores: patrimônio líquido, capital social, lucros, reservas, dividendos, participações, ajustes de avaliação patrimonial e ações em tesouraria.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

1. Contabilidade Pública: conceitos, finalidades, objeto de estudo, campo de aplicação e regimes contábeis de apuração de resultados. 2. Procedimentos contábeis orçamentários previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição), aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22/12/2016. 3. Parte Geral do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição) aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21/12/2016: contextualização, alcance, autoridade, características qualitativas da informação contábil, aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal. 4. Procedimentos contábeis patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21/12/2016. 5. Procedimentos contábeis específicos do FUNDEB previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21/12/2016. 6. Procedimentos contábeis específicos de Operação de Crédito previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21/12/2016. 7. Procedimentos contábeis específicos de Dívida Ativa previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21/12/2016. 8. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21/12/2016. 9. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21/12/2016. 10. Normas de Contabilidade previstas no Título IX da Lei Federal nº 4.320/64. 11. Normas legais relativas ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF). 12. Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64: Balanço Orçamentário: receitas previstas e executadas; créditos orçamentários iniciais e adicionais; excesso ou insuficiência de arrecadação; despesas fixadas empenhadas, liquidadas e pagas; economia orçamentária; resultado orçamentário. 13. Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64: Balanço Financeiro: receitas orçamentárias e extraorçamentárias; despesas orçamentárias e extraorçamentárias; saldos financeiramente disponíveis no início e final do exercício; restos a pagar inscritos e pagos no exercício. 14. Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64: Balanço Patrimonial: ativos e passivos financeiros e permanentes; saldo patrimonial; ativo real líquido; ativos e passivos compensados. 15. Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64: Demonstração das Variações Patrimoniais: variações resultantes e independentes da execução orçamentária; mutações patrimoniais; superveniências e insubsistências; resultado patrimonial.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. Orçamento público: conceitos, natureza jurídica, técnicas orçamentárias: orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho e orçamento – programa. 2. Normas constitucionais sobre orçamento público: Constituição Federal, Constituição do Estado do Ceará e Lei Orgânica do Município de Sobral. 3. Princípios orçamentários e vedações constitucionais em matéria orçamentária. 4. O Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA como instrumentos de planejamento orçamentário: características, conteúdos e prazos. 5. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos: da Lei de Orçamento; da Proposta Orçamentária; da Elaboração da Lei de Orçamento; do Exercício Financeiro e da Execução do Orçamento. 6. Alterações orçamentárias (mecanismos retificadores do orçamento): créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários. Transposição, remanejamento e transferência de recursos. 7. Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento; execução orçamentária; programação financeira de desembolso; avaliação e controle da execução orçamentária. 8. Receitas orçamentárias: conceitos, fontes, classificações, estágios e renúncias de receitas. 9. Despesas orçamentárias: conceitos, classificações e estágios; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; suprimentos de fundos; descentralização de créditos orçamentários. 10. Portaria MOG nº 42/1999 atualizada: discrimina a despesa por funções e estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais. 11. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 atualizada: dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 12. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Ceará. 13. Do Controle da Execução Orçamentária previsto no Título VIII da Lei Federal nº 4.320/64. A fiscalização do Município exercida pelo Poder Legislativo Municipal e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal. 14. Regras constitucionais e legais aplicáveis aos Municípios sobre gastos com saúde, educação e FUNDEB. 15. Regras constitucionais sobre despesas do Poder Legislativo Municipal. Repasse mensal do duodécimo às Câmaras Municipais.

Conhecimentos Específicos – Auditor Fiscal de Tributos Municipais

AUDITORIA

1. Resolução CFC nº 986/03, atualizada e disponível no site www.cfc.org.br, que aprovou a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna: 1.1. Conceituação e Objetivos da Auditoria Interna; 1.2. Papéis de Trabalho; 1.3. Fraude e Erro; 1.4. Planejamento da Auditoria Interna; 1.5. Riscos da Auditoria Interna; 1.6. Procedimentos da Auditoria Interna; 1.7. Relatório da Auditoria Interna. 2. Resolução CFC nº 1.203/09, atualizada e disponível no site www.cfc.org.br, que aprovou a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria: 2.1. Alcance e Evidências de auditoria; 2.2. Distorção de auditoria e Risco de distorção relevante; 2.3. Riscos de auditoria, de detecção e de controle; 2.4. Princípios fundamentais de ética profissional 2.5. Natureza dos procedimentos de auditoria.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

1. NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - aprovada pela Resolução CFC n.º 1.374/11. 2. Patrimônio: conceitos e seus componentes; ativo, passivo e situação líquida (patrimônio líquido ou passivo a descoberto). Equação fundamental do Patrimônio. Representação gráfica dos estados patrimoniais. 3. Fatos contábeis permutativos, modificativos ou mistos e respectivas variações patrimoniais: quantitativas e qualitativas. 4. Conta: conceito, função e funcionamento; teoria das contas; débito, crédito e saldo; classificação das contas; plano de contas; sistema de contas patrimoniais e de resultado; balancete de verificação. 5. Escrituração contábil: conceito e método das partidas dobradas; lançamento contábil; fórmulas de lançamento; processos de escrituração; livros de escrituração: Diário e Razão; erros de escrituração e suas correções. 6. Operações com mercadorias: registro e entradas e saídas de mercadorias do estoque; sistemas de inventário periódico e permanente; avaliação de estoques; custo das mercadorias vendidas. 7. Critérios de avaliação do ativo e passivo. Balanço patrimonial: forma de apresentação; obrigatoriedade; conteúdo dos grupos e subgrupos e elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. 8. Demonstração do resultado do exercício: forma de apresentação; obrigatoriedade; conteúdo dos grupos e subgrupos e elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. 9. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados: forma de apresentação; obrigatoriedade; conteúdo dos grupos e subgrupos e elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 10. Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores: patrimônio líquido, capital social, lucros, reservas, dividendos, participações, ajustes de avaliação patrimonial e ações em tesouraria.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, atualizada, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, alterada pela Lei Complementar nº 157, de 29/12/2016, disponível no site: www.planalto.gov.br. 2. Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada (Lei do Simples Nacional), que instituiu tratamento tributário simplificado, disponível no site: www.planalto.gov.br. 3. Lei Complementar Municipal nº 039, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Código Tributário do Município de Sobral, alterada pelas leis complementares nº 042, de 17/12/2014; 045, de 23/12/2015; 047, de 01/12/2016; 050, de 12/06/2017; e 052, de 27/09/2017, todas disponíveis no site: www.camarasobral.ce.gov.br. 3.1. Disposições Gerais; 3.2. Impostos, Taxas e Contribuições; 3.3. Sanções Fiscais; 3.4. Dívida Ativa; 3.5. Do Processo Administrativo Tributário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Teoria geral da Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação; supremacia da Constituição; tipos de Constituição; Poder constituinte; aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida, limitada e normas programáticas. 2. Interpretação da Constituição e Controle de Constitucionalidade; normas constitucionais e inconstitucionais; controle de constitucionalidade das leis; ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. 3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: dos Princípios Fundamentais. 4. Dos Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais. 5. Da Organização do Estado: Organização político-administrativa: União, Estados Federados, Distrito Federal e Municípios. 6. Administração pública: disposições gerais e dos servidores públicos. 7. Ordem econômica e financeira: Princípios Gerais da atividade econômica e política urbana.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico-Administrativo: princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 2. Administração pública direta e indireta. Órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Subsidiárias. Participação do Estado no capital de empresas privadas. Autarquias e fundações públicas. Consórcios públicos. 3. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, atributos, pressupostos e classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação e invalidação. 4. Licitação (Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações): conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedações; modalidades; procedimento, revogação e anulação; sanções; normas gerais de licitação. 5. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização. Execução. Prorrogação, Inexecução, revisão e rescisão. 6. Agentes Públicos: servidores públicos; organização do serviço público; normas constitucionais concernentes aos servidores do serviço públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; processo administrativo disciplinar, sindicância e inquérito; disciplina constitucional dos agentes públicos. 7. Serviços públicos: conceito e classificação; regulamentação e controle; requisitos do serviço e direitos do usuário; competências para prestação do serviço; serviços delegados a particulares; concessões, permissões e autorizações; convênios e consórcios administrativos. 8. Responsabilidade civil da Administração: evolução doutrinária; responsabilidade civil da Administração no Direito brasileiro; ação de indenização; ação regressiva. 9. Bens públicos: regime jurídico e classificação. Formas de utilização, Concessão, permissão e autorização de uso; Desafetação e alienação.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. 2. Das Pessoas: das pessoas naturais, das pessoas jurídicas e do domicílio. 3. Dos Bens: das diferentes classes de bens. 4. Dos fatos Jurídicos: do negócio jurídico, dos atos jurídicos lícitos e dos atos ilícitos, da prescrição e da decadência e da prova. 5. Do Direito das Obrigações: das modalidades das obrigações, da transmissão das obrigações, do adimplemento e extinção das obrigações, do inadimplemento das obrigações, dos contratos em geral, das várias espécies de contrato – compra e venda, troca ou permuta, doação, prestação de serviço, empreitada, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, constituição de renda, fiança, transação, compromisso – dos atos unilaterais, dos títulos de crédito e da responsabilidade civil. 6. Do Direito das Coisas: da posse, dos direitos reais, da propriedade, da superfície, das servidões, do usufruto, do direito do promitente comprador, do penhor, da hipoteca e da anticrese.

DIREITO EMPRESARIAL

1. Do Direito de Empresa: do empresário, da empresa individual de responsabilidade limitada, da sociedade, do estabelecimento e dos institutos complementares. 2. Comércio e empresa. Teoria da empresa. Atividades econômicas civis: cooperativas e profissional intelectual. Empresário individual. Órgãos do registro de empresa. Atos do registro de empresa. Inatividade da empresa. Empresário irregular. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. 3. Teoria Geral do Direito Societário: conceito de sociedade empresária. Personalização da sociedade empresária. Classificação das sociedades empresárias. Desconsideração da pessoa jurídica. 4. Sociedade de garantia solidária. Constituição das sociedades contratuais: natureza do ato constitutivo da sociedade contratual; requisitos de validade do contrato social; cláusulas contratuais; forma do contrato social; alteração do contrato social. 4. Sociedade limitada: responsabilidade dos sócios, deliberação dos sócios; administração; conselho fiscal. Dissolução da sociedade contratual: espécies e causas de dissolução total e parcial; dissolução de fato. 5. Sociedades por ações: características gerais da sociedade anônima; classificação, constituição; valores mobiliários; ações; capital social; órgãos sociais; administração da sociedade; poder de controle; lucros, reservas e dividendos; dissolução e liquidação; transformação, incorporação e fusão; sociedade de economia mista; sociedade em comandita por ações.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. O Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal: 1.1. Princípios Gerais; 1.2. Limitações do Poder de Tributar; 1.3. Impostos de competência da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; 1.4. Repartição das Receitas Tributárias. 2. Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e alterações posteriores): 2.1. Disposições Gerais; 2.2. Competência Tributária; 2.3. Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria. 3. Normas Gerais de Direito Tributário: disposições gerais sobre legislação, obrigação e crédito tributários. 4. Legislação tributária: vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária; 5. Obrigação Tributária: fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo e responsabilidade tributária; 6. Crédito Tributário: constituição, suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios do crédito tributário. 7. Administração Tributária: fiscalização, dívida ativa e certidões negativas.

Conhecimentos Específicos – Enfermeiro/Enfermagem

01. Ética e legislação profissional; 02. Saúde da Família e estratégia de organização da Atenção Básica; 03. Sistematização da assistência de enfermagem (SAE) – Sistema de classificação da prática profissional do enfermeiro; 04. Sinais vitais; 05. Administração de medicações; 06. Principais orientações para coleta de exames; 07. Cuidados com os pacientes domiciliares; 08. Técnicas de curativo; 09. Técnica de coleta de Papanicolau; 10. Código de Ética de Enfermagem; 11. Direitos e Deveres do paciente; 12. Programas de Saúde (do idoso, do adulto, da criança e do adolescente) 13. Saúde da Mulher (pré-natal, prevenção de câncer de colo de útero e de mama, puerpério, planejamento familiar, DST); 14. Assistência de enfermagem materno-infantil; 15. Doenças Transmissíveis; 16. Doenças de Notificação Compulsória, Noções de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica; Condutas frente a casos de Dengue, acidente antirrábico-humano, meningites, Hepatites virais, HIV, acidente por animal peçonhento, hanseníase, tuberculose; 17. Doenças Crônicas degenerativas (diabetes, hipertensão); 18. Imunobiológicos (calendário de vacinação, Técnica de aplicação de vacinas, contra-indicações gerais e específicas, agendamento de vacinas e eventos adversos à vacinação), rede de frio; 19. Atribuições de profissionais de enfermagem.

Conhecimentos Específicos – Fiscal de Urbanismo e Meio Ambiente.

Urbanismo

Conhecimentos básicos sobre fiscalização: competência para fiscalizar, ações fiscais, diligências, licenciamento, autorização, autos de infração, multas e outras penalidades, recursos. Fiscalização da execução de obras de habitação: canteiro de obras, locação de obras, fundações profundas e superficiais, alvenarias, estruturas de concreto, revestimento de pisos, paredes e tetos, vidros e esquadrias, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas e telefônicas, limpeza de obras, normas de segurança. Fiscalização: vistorias, irregularidades, intimação, notificação, auto de infração, penalidades, recurso, embargo, cassação de licença e demolição. O Poder de Polícia e a Fiscalização Municipal. Edificações, parcelamento, uso e ocupação do solo e disposições da legislação urbanística. Conhecimento das normas de projeto para dimensionamento de ambientes e espaços públicos para o conforto antropométrico, tátil e visual de seus

usuários (universal design). Código de Obras do Município de Sobral. Plano Diretor de Sobral. Estatuto das Cidades. Legislação urbanística federal: instrumentos de política urbana, uso do solo, parcelamento e regulação. Direito de construir: fundamento, proteção à segurança e ao sossego, controle da construção, o papel do Município; licenciamento de obras, consulta prévia, aprovação de projeto, emissão de alvará, emissão de habite-se. Noções gerais de execução de obras e de elementos de projeto e de construção.

Meio Ambiente

Princípios, Fundamentos, Objetivos e Características da Educação Ambiental. EIA/RIMA: Resolução CONAMA nº 001/86 e suas alterações (se houver). Lei de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/99 e suas alterações (se houver). Lei dos Crimes Ambientais: Lei nº 9.605/98 e suas alterações (se houver). Licenciamento ambiental: Resolução CONAMA nº 237/97 e suas alterações (se houver). Política Nacional do Meio Ambiente: Leis nº 6.938 /81 e 10.165/00 e Decreto nº 99.274/90 e suas alterações (se houver). Noção de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21. Noção de Educação, Sociedade e Meio Ambiente. Noções de meio ambiente. Noções de saúde pública. Noções de Tratamento de Resíduos sólidos e reciclagem. Noções de educação sanitária. Ciclo hidrológico. Ciclo do uso da água. A água na transmissão de doenças. Mananciais de água. Captação de água subterrânea e superficial. Análise e controle de qualidade da água. Projeto, construção e dimensionamento (adução, reservação e distribuição). Importância do tratamento dos esgotos sanitários. Soluções individuais e coletivas de tratamento dos esgotos sanitários. Ecologia e poluição ambiental. Operação e manutenção de Estações de Tratamento de Água e de Estação de Tratamento de Esgoto (ETA/ETE); Operação e manutenção de estações de bombeamento. Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar. Sistemas de gestão ambiental. Legislação e estruturas do meio ambiente. Poluição e contaminação do meio ambiente: conceito de poluição; poluição das águas; poluição do ar; poluição do solo. Princípios de conservação da natureza: ação predatória do homem; impacto ecológico das grandes obras; o planejamento como solução para os problemas ecológicos. Noções sobre reciclagem e tratamento de resíduos sólidos e líquidos: origem dos resíduos; consequência do lançamento de resíduos à biosfera: reciclagem e poluição; compostos biodegradáveis e não biodegradáveis; tratamento biológico dos resíduos biodegradáveis. Impacto ambiental. Preservação ambiental. Relação entre meio ambiente e a realidade cotidiana. Compreensão dos problemas ambientais que afetam a vida da comunidade, do município, do estado, do país e do planeta. Relação entre as questões políticas, econômicas e sociais e as questões ambientais.